



A CONSTELAÇÃO PÓS-NACIONAL DE HABERMAS E A ATUAL CRISE EUROPEIA¹

HABERMAS'S POST-NATIONAL CONSTELLATION AND THE CURRENT EUROPEAN CRISIS

Hamanda Rafaela Leite Ferreira²

Resumo

O artigo apresentado faz uma análise acerca das considerações realizadas por Jürgen Habermas em sua obra "A Constelação Pós-Nacional: Ensaios Políticos" e atual quadro da crise europeia. Segundo o autor, o Estado-Nação, frente à globalização econômica, é impelido a constituir uniões políticas com outros Estados, fenômeno ao qual o autor se refere como constelação pós-nacional e, neste contexto, o exemplo da União Europeia é importante para testar as condições de uma política democrática para além do Estado nacional por meio de um *global governance*. Embasando-se em tais posicionamentos, o grande questionamento que se coloca diante das proposições de Habermas é a como lidar com atual crise vivenciada pela União Europeia e com a sensação de que a Europa como ilustração da racionalidade, do diálogo democrático e de uma comunidade constitucional que se estende para além das fronteiras de um único país, por meio da solidariedade entre os cidadãos, parece não se sustentar.

Palavra-Chave: Constelação. Pós-Nacional. Habermas. Crise. Europeia.

Abstract

The article presented is a review about the considerations made by Jurgen Habermas in his book "The Post-National Constellation: Political Essays" and current framework of the European crisis. According to the author, the nation-state, compared to economic globalization, is impelled to form political unions with other states, a phenomenon to which the author refers to as post-national constellation and, in this context, the example of the European Union is important to test conditions of democratic politics beyond the nation state through a global governance. Basing themselves in such positions, the big question that arises before the propositions of Habermas is how to deal with the fact that the current crisis experienced by the European Union and with the feeling that Europe as an illustration of rationality, democratic dialogue and community constitutional that extends beyond the borders of a single country, through solidarity among citizens, does not seem sustainable.

Keywords: Constellation. Post-National. Habermas. European. Crisis.

¹ Artigo recebido em: 19/07/2012. Pareceres emitidos em: 26/08/2012 e 29/08/2012. Aceito para publicação em: 20/09/2012.

² Graduada em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Possui duas especializações na área de Direito Público (Processo Civil e Tributário). Mestranda em Direito pela Linha de Pesquisa 2 da UNB. Advogada da União, atualmente Chefe de Divisão da Procuradoria- Regional da União da 1ª Região. Ex-Procuradora do Estado da Paraíba. E-mail: <hamandarafaela@hotmail.com>.



INTRODUÇÃO

O dançar histórico do tempo na segunda metade do século XX, principalmente nas décadas de 1980 e de 1990, com as mudanças em escala mundial, mostraram o quanto questões como a globalização, imigração, aumento das desigualdades sociais e econômicas dentro dos países europeus, crise do Estado Nacional e a predominância da lógica de mercado sobre o Estado de Bem-Estar Social são desafios para os europeus. Isso está gerando o grave problema do déficit democrático da União Europeia.

As transferências de competências de níveis nacionais para internacionais podem abrir perigosos vazios de legitimidade. Uma forma para se contrapor à hegemonia do mercado, no processo de integração da União Europeia, seria o de encontrar formas adequadas para construir o processo democrático além das fronteiras dos Estados Nacionais.

Neste sentido, Habermas propõe em seu livro “A Constelação Pós-Nacional: Ensaio Político”, a produção de uma cultura política comum diante de uma diversidade de culturas dentro da população, através de um modelo da transformação da União Europeia em um Estado federativo como modelo a ser seguido.

Nesta proposta, a União Europeia não só deveria ser capaz de negociar uma política integrada de múltiplos planos, como seus cidadãos deveriam aprender a reconhecer as pessoas que moram em outros Estados pertencentes à organização, como membros da mesma comunidade política.

Entretanto, diante do quadro da crise econômica e financeira da União Europeia e dada a dimensão dos problemas que estão sendo visualizados atualmente, deve-se questionar a relação entre os custos e a utilidade real do projeto europeu idealizado por Habermas, ou seja, sobre o seu significado histórico e sobre o modo através do qual ele está sendo desenvolvido.



1 A CONSTELAÇÃO PÓS-NACIONAL DE HABERMAS

A partir dos anos 80 pôde ser observado um gradual desmantelamento do Estado nacional frente às transformações econômicas que ampliavam e complexificavam as redes de dependências humanas. A desterritorialização da produção e do consumo, a mudança estrutural do trabalho, a emergência de instituições econômicas supranacionais, a aceleração da movimentação de capitais no mercado financeiro, somados a outros fatores, refletem uma mudança na lógica instrumental de produção dos sistemas de mercadorias sob o rótulo do que se convencionou chamar “globalização”.

Neste contexto, em sua obra *Constelação Pós Nacional: Ensaio Político*, Habermas passou a questionar como se pode utilizar das funções dos mercados autorregulados sem arcar com os problemas sociais e com as divisões díspares que são incompatíveis com as condições de integração das sociedades compostas de modo liberal e democrático.

Habermas define globalização como uma modificação estrutural do sistema econômico mundial e afirma que os problemas econômicos das sociedades de bem-estar social surgem com a globalização, a qual limita a atuação dos Estados nacionais de tal forma que ele já não dá mais conta de enfrentar as consequências sociais e políticas que dela advêm. Neste sentido:

No âmbito de uma economia globalizada, os Estados nacionais só podem melhorar a capacidade competitiva internacional das suas ‘posições’ trilhando o caminho de uma autolimitação da capacidade de realização estatal; isto justifica políticas de ‘desconstrução’ que danificam a coesão social e que põem à prova a estabilidade democrática da sociedade. (HABERMAS, 2001, p. 67-68)

Segundo o autor, já não funcionam mais medidas protecionistas ou programas estatais de emprego, dado, entre outras coisas, o endividamento dos orçamentos públicos. A globalização destrói aquele Estado social que tinha conseguido manter os custos sociais dentro de um limite aceitável. Outra consequência da globalização que o autor coloca em evidência é que ela esmorece a força de integração das formas de vida nacionais tradicionais; a base comparativamente homogênea da solidariedade civil está abalada, já que o fluxo



migratório acaba por constituir Estados multiculturais. “Para um Estado nacional que se encontra limitado na sua capacidade de ação e inseguro no que toca à sua identidade coletiva, torna-se ainda mais difícil cumprir com a necessidade de legitimação.”³ (HABERMAS, 2001, p. 102)

A solução, contudo, segundo Habermas, não é fechar-se “contra a ‘maré’ invasora que vem de fora. Sob as condições cambiantes da constelação pós-nacional, o Estado nacional não pode recuperar a sua força anterior com base em uma política de fechamento. (HABERMAS, 2001, p. 103)

Sugere-se, então, uma estratégia baseada na criação de uma política transnacional de melhoria e conservação das redes globais. Para Habermas, a maneira de continuar preenchendo as funções sociais do Estado, que já não têm sido mais alcançadas, é passar de um Estado nacional para organismos políticos que assumam de algum modo essa economia transnacionalizada. Essas fusões políticas são condição necessária para uma recuperação da política frente à economia globalizada: “Só poderemos enfrentar de modo razoável os desafios da globalização se conseguirmos desenvolver na sociedade novas formas de autocondução democrática dentro da constelação pós-nacional”. (HABERMAS, 2001, p. 112)

E, segundo o autor, o exemplo da União Europeia é importante para testar as condições de uma política democrática para além do Estado nacional. Conforme Habermas, a União Europeia (UE) seria o modelo de “Estado” que se firmará. O Estado nacional está perdendo sua força e a tendência é que haja uniões políticas de Estados. (HABERMAS, 2001, p. 127)

É o que o estudioso chama de constelação pós-nacional. A constelação pós-nacional tem de enfrentar, sobretudo dois desafios. O primeiro refere-se a como

³ Segue o autor afirmando que não são apenas os países clássicos de imigração, como os EUA, e os antigos países colonialistas, como a Inglaterra e a França, que são tocados por essa corrente. Apesar das rígidas regulamentações da imigração (e, no nosso caso, inconstitucionais) que trancavam o forte da Europa, todas as nações europeias encontram-se entrementes a caminho da sociedade multicultural. É evidente que essa pluralização das formas de vida não se dá sem atritos. Por um lado, o Estado constitucional democrático está normativamente mais bem armado do que outras ordens políticas para problemas de integração desse gênero; por outro lado, esses problemas são de fato um desafio para os Estados nacionais de cunho clássico. (HABERMAS, 2011, p. 93)



fazer surgir uma consciência da obrigatoriedade da solidariedade cosmopolita nas sociedades civis e nas esferas públicas políticas desses blocos que estão se desenvolvendo. Habermas pergunta-se: sob que condições pode-se fazer com que os Estados e as administrações supranacionais se compreendam como membros de uma comunidade que são obrigados a levar em conta reciprocamente os interesses uns dos outros e a defender os interesses universais? A esse respeito, ele preleciona: “É necessário uma consciência de pertença conjunta que tornará possível para os ‘confederados associados livremente’ identificarem-se reciprocamente como cidadãos”. (HABERMAS, 2001, p. 139-27)

Ele mesmo responde que a mudança de consciência deve começar com os cidadãos dos Estados nacionais em termos de política interna, para a partir daí surgir uma autocompreensão dos atores capazes de atuar globalmente de que eles são membros de uma comunidade internacional e que, destarte, se encontram submetidos a uma cooperação incontornável e ao respeito recíproco dos interesses.

Tal fato seria uma mudança de perspectiva – das relações internacionais para uma política interna mundial – e não pode ser esperado da parte das elites governantes se a população mesma não realizar de modo convicto tal mudança de consciência a partir dos seus próprios interesses. A mudança de consciência deve partir da população, através principalmente dos movimentos sociais e das organizações não governamentais (ONGs). Propugna ele também um papel importante aos partidos políticos que ainda não abandonaram totalmente a sociedade civil: No que diz respeito à União Europeia, assevera Habermas que os partidos políticos devem ter coragem e força para antecipar, no âmbito nacional (onde podem atuar agora), a esfera de ação europeia, com o objetivo de criar uma Europa social que dê prioridade ao lado cosmopolita da balança. (HABERMAS, 2001, p. 142)

O segundo desafio a ser enfrentado pelas uniões políticas de Estados é o de como estabelecer um procedimento democrático – que sempre foi feito no âmbito do Estado-nação – para além das fronteiras nacionais. Habermas expõe:

Porque a ideia de que uma sociedade pode agir sobre si de modo democrático só foi implementada de modo fidedigno até agora no âmbito nacional, a constelação pós-nacional desperta aquele alarmismo infrutífero



da desorientação iluminista que observamos nas nossas arenas políticas. (HABERMAS, 2001, p.78)

Há que se encontrar formas adequadas para o processo democrático para além do Estado nacional. Pergunta o autor: “Onde poderíamos encontrar uma resposta política ao desafio da constelação pós-nacional?”. Em outras palavras: como se pode pensar em uma legitimação democrática de decisões para além do esquema de organização estatal? (HABERMAS, 2001, p. 79)

O procedimento democrático deve retirar sua legitimidade não somente – e nem sequer em primeiro plano – da participação e da expressão da vontade (no sentido da democracia representativa), mas sim do acesso universal a um processo deliberativo cuja natureza fundamente a expectativa de resultados racionalmente aceitáveis.

Há que se compreender a democracia com base na teoria do discurso, tendo em conta que isso modifica as exigências teóricas das condições de legitimação da política democrática. “Os pesos deslocam-se da personificação concreta da vontade soberana nas pessoas e nas eleições, corporações e votos, para as exigências de procedimento dos processos comunicativos e decisórios.” (HABERMAS, 2001, p. 138-140) Por exemplo, a participação de ONGs nos conselhos do sistema de negociação internacional aumentaria a legitimação do procedimento. É igualmente interessante a proposta de equipar a organização mundial com o direito de exigir a qualquer hora, em questões importantes, a opinião dos seus Estados-membros.

Contudo, tal união não pode constituir-se num Estado mundial, pois se tem que levar em conta as peculiaridades dos Estados outrora soberanos. E diz ainda que os endereçados de tal projeto seriam os movimentos sociais e as ONGs, isto é, membros ativos de uma sociedade civil que vai além das fronteiras nacionais. Apesar disso, Habermas admite que transferências de competências de âmbitos nacionais para internacionais abrem certos vazios de legitimação. As ONGs, embora atuem em instâncias internacionais, carecem de uma legitimação que satisfaça as exigências dos procedimentos institucionalizados do Estado nacional. (HABERMAS, 2001, p. 91)

Remetendo-se à União Europeia, pode-se extrair que a ideia é considerar que esta instituição, de um modo geral, pode vir a compensar as perdas de



competências dos Estados nacionais europeus. Apenas através de negociações que visem equacionar interesses distintos, podem ser institucionalizadas juridicamente as formas de comunicação necessárias para a formação de uma vontade política racional neste cenário pós-nacional. (LIMA NETO, 2003, p. 284)

Em Habermas, isso comparece na posição cosmopolita que enfatiza um novo fechamento político da sociedade global economicamente sem barreiras. Daí a atenção voltar-se, sobretudo, para a construção de instituições supranacionais. Porém, a efetivação da solidariedade cosmopolita não deve ser confundida com a questão de uma nova identidade supranacional. Esta não é uma questão ético-política, mas jurídico-moral. O cosmopolitismo não pode criar consistência normativa a partir de uma autocompreensão ético-política, pois, obviamente, não haveria o contraste necessário, posto que outras tradições e valores não existiriam; sendo, então, apenas uma auto compreensão jurídico-moral. (LIMA NETO, 2003, pp. 284-285)

Enquanto a solidariedade civil advém do sentimento de pertença para com uma identidade coletiva nacional, a solidariedade cosmopolita deve apoiar-se no universalismo moral e nos direitos humanos. Segundo Habermas, as inovações institucionais devem, para o bem da democracia, encontrar ressonância e apoio nas orientações de valor, de modo a refletirem o “*status*” político dos cosmopolitas enquanto cidadãos do mundo. (LIMA NETO, 2003, p. 285)

Percebe-se, deste modo, que a posição intelectual de Jürgen Habermas é a de um pensador cujo trabalho consiste em usar conceitos da filosofia, das ciências políticas e da história e aplicá-los sobre fatos históricos candentes, com as experiências biográficas efêmeras e com as mudanças que o tempo presente esteja enfrentando. Foi o que tentou fazer para compreender os desafios e o problema do déficit democrático da União Europeia, ao longo do século XXI.

2 A ATUAL CRISE EUROPEIA: AINDA É POSSÍVEL PENSAR EM UM MODELO DE “GLOBAL GOVERNANCE”?

Interpretando Jürgen Habermas, pode-se dizer que a União Europeia seria um novo ente político e jurídico, como resposta para a crise do Estado Nacional



Europeu. Ir além dos Estados Nacionais através do aprofundamento da Comunidade e União Europeia, seria a solução para manter o equilíbrio econômico e financeiro, através do Euro, além de manter e aumentar as conquistas democráticas, sociais e políticas.

Deste modo, fica explícito na obra a preocupação do autor em propor o enfrentamento dos desafios da globalização através do desenvolvimento de novas formas de autocondução democrática dentro da constelação pós-nacional. Esta preocupação parece ser sintetizada no que chama de *global governance*, que não é propriamente um Estado universal, mas uma política interna mundial calcada na moral e no universalismo. Para tanto, faz-se necessário que as inovações das elites políticas encontrem eco nas orientações valorativas anteriormente reformadas das suas populações. (LIMA NETO, 2003, p. 286)

Embasando-se em tais posicionamentos, o grande questionamento que se coloca diante das proposições de Habermas é a atual crise da União Europeia ⁴ e a sensação de que a Europa como ilustração da racionalidade, do diálogo democrático e de uma comunidade constitucional que se estende para além das fronteiras de um único país por meio da solidariedade entre os cidadãos, não existiu e parece que nunca existirá de fato.

Ao contrário, em verdade, o que se observa atualmente é que os fundamentos reais da União Europeia são baseados na unificação do mercado para a maximização do lucro, nas políticas comuns para a agricultura como mecanismo

⁴ Sobre a atual crise, Walter Laqueur afirma que a origem de muitos dos problemas da região está na resistência dos membros da União Europeia em rumar para a integração completa, para a criação dos Estados Unidos da Europa, ou seja, uma configuração política semelhante ao sistema federativo americano. Para poder fazer frente aos desafios externos será imperativo adotar uma política de defesa comum, da mesma forma que para resolver os problemas estruturais será preciso centralizar as decisões sobre as questões econômicas. Para seguirem esse caminho, contudo, os países europeus teriam de fazer concessões radicais de soberania. Mas não existem muitas opções ao alcance. Ou a União Europeia se desintegra de vez, liberando os países para tomar seu próprio rumo, ou tenta atravessar as turbulências atuais do jeito que dá, sem mexer muito na atual configuração institucional do bloco. Essa segunda opção é a mais provável, porque a história mostra que as instituições, uma vez instaladas, tendem a se manter por inércia. O mais preocupante, contudo, é que mesmo um continente europeu unido pode não reunir a fortaleza necessária para sustentar de modo consistente uma posição relevante nos assuntos mundiais. Talvez optar por uma postura modesta seja o mais fácil e menos arriscado para a Europa. As ambições dos países europeus, antes acostumados a ser fortes e influentes, terão de ser reduzidas. (LAQUEUR, 2012, p. 15-19)



de concentração ainda maior dos subsídios e dos ganhos, na unificação alfandegária e monetária como máquina de guerra comercial e financeira e não em uma chamada “solidariedade cosmopolita”.

Neste contexto, o próprio Habermas, em recente publicação pelo *Der Spiegel* sob o título “A Missão de um Filósofo para Salvar a Europa” relata, em uma palestra no Goethe Institute de Paris, que:

Em algum momento depois de 2008, eu entendi que o processo de expansão, integração e democratização não avança automaticamente por suas próprias forças, que ele é reversível, que pela primeira vez na história da União Europeia estamos experimentando um desmantelamento real da democracia. Eu não pensava que era possível. Chegamos a uma encruzilhada.(...) Se o projecto europeu falhar então há a questão de quanto tempo vai ser necessário demorar para chegar ao status quo novamente Lembremo-nos da revolução alemã de 1848: quando falhou, levamos 100 anos para recuperar o mesmo nível de democracia como antes. (HABERMAS, 2011, Parte 2)

O que o pensador alemão tem detectado é que todo o protagonismo de ação contra a crise europeia parte de mercados, destacando como estes mesmos mercados foram os principais responsáveis pelas quedas dos governantes da Itália e da Grécia. Habermas propõe o conceito de “embebbed capitalism” (que pode ser traduzido para algo como “capitalismo incorporado”), isto é, um mecanismo em que a economia de mercado seria controlada pela política, uma articulação entre democracia, esfera pública e capitalismo. (HABERMAS, 2011, Parte 2).

Em outras palavras, Habermas acredita que é possível emergir uma racionalidade comunicativa dentro de uma ambiência de esfera pública no sentido clássico capaz de controlar os avanços da economia de mercado⁵. Por isto, a sua ira se dirige às elites políticas e aos meios de comunicação de massa por estes se dobrarem aos mercados. As chamadas elites políticas e a própria mídia estão

⁵ Habermas sustenta a existência de uma esfera pública política aberta a todos os cidadãos. O princípio da soberania popular exige uma estruturação discursiva das arenas públicas nas quais circulações comunicativas, engrenadas anonimamente, se soltam do nível concreto das simples interações. [...] Uma formação informal da opinião [...] não é sobrecarregada pela institucionalização de uma deliberação entre pessoas presentes que buscam uma tomada de decisão. Tais arenas precisam ser protegidas por direitos fundamentais, levando em conta o espaço que devem proporcionar ao fluxo livre de opiniões, pretensões de validade e tomadas de posição; não podem, todavia, ser organizadas como corporações. (HABERMAS, 1997, p. 214)



intimamente articuladas com os mercados transnacionalizados. Bastaria verificar quem são os analistas econômicos que publicam comentários na mídia, a ação de vários proprietários de indústrias da mídia como players em grandes negócios do mercado mundial e também a presença direta de representantes destes mercados nos governos, em especial nas áreas econômicas. (HABERMAS, 2011, Parte 2).

O que Habermas disse, e foi ampliado por outros intelectuais e jornalistas do Velho Mundo, é que governantes, empresários, políticos e sindicatos simplesmente estão chegando à conclusão de que **ninguém tem respostas para três perguntas** que estão na origem da crise que abala a Europa, mas pode contaminar também o resto do mundo, especialmente o Oriente Médio. Os dilemas são: como acabar com o desemprego, com a desigualdade e com o autoritarismo. (HABERMAS, 2011, Parte 2).

Neste contexto, a agonia provocada pela falta de respostas agrava o que alguns já chamam de início da **quebra da ordem mundial** provocada pelo agravamento de dois conflitos diferentes, mas que convergem no enfraquecimento do poder central na Europa. No Velho Mundo o sistema financeiro entrou em rota de colisão com o sistema político porque os banqueiros não admitem perder dinheiro e os governantes não sabem como dar respostas ao desemprego crescente e ao aumento da desigualdade socioeconômica.

Os europeus perderam a confiança nos políticos porque estes se mostraram incapazes de resistir à pressão dos banqueiros na administração da crise financeira e acabaram optando pelo modelo clássico do **arrocho, desemprego e recessão**.

Nestas condições não fica difícil perceber que uma grande quebra de paradigmas está em curso na Europa e seguramente terá repercussões no resto do mundo. A **quebra de paradigmas** se manifesta primeiro na acelerada perda de confiabilidade dos governos europeus em geral porque eles tem sido simplesmente incapazes de dar respostas para o desemprego e desigualdade.

Exatamente no momento em que um decisivo passo rumo a uma verdadeira integração política da **Europa** seria a única perspectiva de uma saída positiva da crise, a política se esconde, prisioneira da perspectiva do século XIX. Chegou o momento de se perguntar qual é o significado histórico do projeto europeu e se as ideias preconizadas por Habermas estavam equivocadas.



Como dito, Habermas considera que os Estados não têm direitos, pois somente o povo têm direitos, e então dá o passo final e coloca os povos da Europa e os cidadãos da Europa na sua posição, a que lhes é própria - são estes os atores históricos reais a seus olhos, não os Estados, não os governos. São os cidadãos que, segundo a forma atual como a política é conduzida, assim foram reduzidos a espectadores. A sua visão é a seguinte:

Os cidadãos de cada país, que até agora tiveram de aceitar a forma como as responsabilidades têm sido transferidas para além das fronteiras soberanas, podem, como cidadãos europeus, impor a sua influência democrática e a esta sujeitar os governos que estão a agir dentro de uma zona constitucionalmente cinzenta. (HABERMAS, 2011, Parte 2)

Este é o ponto principal de Habermas: uma fórmula sobre o que está errado com a construção atual. Contudo, nesta análise da crise europeia, Habermas não oferece nenhuma saída, nenhuma resposta concreta à questão de qual o caminho que a democracia e o capitalismo devem tomar, apenas ressalta que os cidadãos europeus devem se impor.

Neste contexto, percebe-se que as suas referências teóricas de Habermas não respondem os dilemas contemporâneos. Tudo o que ele oferece é a visão que a "comunidade global" terá que resolver o problema. No meio da crise, ele ainda vê o exemplo do elaborado conceito da União Europeia de uma cooperação constitucional entre os cidadãos e os Estados "como a melhor maneira de construir a comunidade global de cidadãos." Entretanto, ele não diz que medidas deve-se tomar para sair de uma muito má situação para uma melhor e mais desejável situação.

E qual o porquê esta paralisia dos cidadãos? Isto parece ser uma perspectiva que remonta ao século XIX que impõe a resposta conhecida do *demos*: a não existência de um povo europeu, motivo pelo qual uma união política digna desse nome seria um castelo de areia⁶. A fragmentação política constante, no mundo e na

⁶ Segundo Laqueur, uma saída seria o surgimento de um nacionalismo europeu forte, mas esse sentimento é incipiente. Uma pesquisa de opinião mostrou que apenas metade dos europeus se sentem "europeus". O nacionalismo pressupõe que um cidadão esteja disposto a se sacrificar por aqueles com quem compartilha da mesma identidade. Quanto maior o vínculo emocional, maior a propensão à solidariedade. O fato de os alemães não gostarem da ideia de pagar para salvar da falência outros cidadãos que abusaram dos benefícios sociais, como os gregos, mostra que a solidariedade europeia é mera ficção. Prevalece a lealdade do indivíduo ao país em que ele



Europa, está em contradição com o crescimento sistêmico de uma sociedade mundial multicultural e bloqueia todos os progressos na civilização jurídica constitucional das relações de poder, estatais e sociais.

Em outras palavras, o capitalismo teria perdido o seu caminho e se há um papel possível na esfera da cidadania, este parece não se basear na busca de uma pretensa razão esclarecedora de solidariedade cosmopolita, como sugere Habermas.

Ao contrário, parece que, como diz Milton Santos, “a humanidade desterritorializada é apenas um mito”, pois hoje, sob influência do dinheiro global, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, objeto que ele é de uma permanente instabilidade, da qual os diversos agentes apenas constituem testemunhas passivas” (SANTOS, 2000, p.101). Os espaços globais só existem como espaços da globalização. O que existe é a fragmentação do território e não junção de interesses moralmente comuns.

Em consequência, percebe-se que se até mesmo dentro da própria Europa, onde se conjugam vários ideais e problemas comuns, não se consegue desenvolver a consciência de pertença conjunta, já que não se partilha de um sentimento de mesma identidade, parece, então, ainda mais difícil pensar na ideia de um “global governance” como parâmetro mundial a ser seguido⁷.

A promessa de construção de um mundo “pós-nacional” até agora apenas renova disparidades e cria novas desigualdades, o que é devido à violência dos seus processos fundadores, todos praticamente indiferentes às realidades locais. A aplicação brutal de princípios gerais a situações tão diversas é criadora de desordem.

nasceu. Várias tentativas foram feitas para fortalecer o sentimento da herança cultural comum, incluindo a criação de uma bandeira e de um hino europeu. Tudo em vão. A solidariedade e o sentimento nacional europeus podem se desenvolver a longo prazo, se impulsionados pela pura necessidade ou pela pressão econômica e política. Por essa razão, repito, só mesmo uma crise que ameace para valer sua existência fará a Europa se mexer. (LAQUEUR, 2012, p. 15-19)

⁷ Na visão exarada pelo filósofo Jean-Marc Ferry, em vez de suprimir a mediação política dos Estados nacionais no seu seio, tanto a União Europeia como outros organismos internacionais, deveriam buscar proteger a coerência dentro destes Estados, desde que estejam em conformidade com o princípio de um Estado de Direito Democrático, realizando a vontade coletiva e os direitos individuais. (FERRY, 2011, Parte 7)



Segundo as condições preexistentes nos países ou como resultado da forma como estes se dispuseram a participar do novo período histórico, os territórios e as populações conhecem uma variedade de impactos, características de sua situação atual. Há, desse modo, países mais ou menos sensíveis ou mais ou menos infensos aos resultados do processo de abertura, de forma que a construção de uma aldeia global homogeneizadora, como presença obrigatória em todos os continentes parece não ser solução adequada.

Pensar a solidariedade cosmopolita entre países atingidos por fortes diferenças sociais e econômicas é por demais complicado, pois como já afirmou o próprio Habermas, não há uma consciência de um conjunto de Estados comprometidos com o cosmopolitismo, principalmente nas sociedades civis e nas esferas públicas políticas que ainda estão se desenvolvendo e fortificando internamente.

Pensar a solidariedade cosmopolita em nações onde sequer foi estabelecida uma solidariedade cívica é difícil, ainda que seja de extrema necessidade. O que se vê é que, diferentemente do que preconiza Habermas, não tem sido possível formar uma solidariedade cosmopolita apoiada no universalismo e nos direitos humanos (moral-jurídico) sem que antes haja, ao menos, a formação de uma solidariedade civil (ético-política) advinda do sentimento de uma identidade coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se ao longo deste artigo que Jürgen Habermas considera que Estado Nação, frente à globalização econômica, é impelido a constituir uniões políticas com outros Estados, fenômeno ao qual o autor se refere como constelação pós-nacional. Habermas vê na União Europeia a primeira experiência deste tipo e aplaude o fato de o bloco não se limitar a acordos econômicos, os quais por si sós não resolveriam os problemas que os Estados hoje enfrentam: manter os custos sociais dentro de um limite aceitável e cumprir com sua necessidade de legitimação.

Contudo, como se viu, para a integração europeia, seus Estados membros ainda estão muito longe de construírem um projeto político e democrático comuns. A



formação de uma agenda comum que discuta quais serão os objetivos do projeto de integração europeu, no âmbito da União Europeia, juntamente com a formação de uma identidade política dos cidadãos europeus, sobre bases democráticas e históricas parece uma realidade distante.

O que se percebe é que futuro da democracia encontra-se ameaçado quando o Estado Nacional perde funções e espaços de ação, ameaçando os direitos, a capacidade de influência e de autodeterminação coletiva dos seus cidadãos e não se consegue, em contrapartida, criar um espaço político comum.

Em realidade, observa-se é que faltam as competências necessárias para a harmonização das economias e realidades nacionais, que registam enormes diferenças nas suas capacidades de concorrência. O grande impasse que se coloca hoje é como resolver esta questão. Já é hora de repensar tanto modelo de paradigma europeu existente como o modo através do qual ele vem se desenvolvendo.

Assim, parece realmente mais produtivo que, enquanto participantes no e do processo político, os países e seus cidadãos não sejam obrigados a transferirem a sua soberania para órgãos supranacionais, mas sim, e sobretudo, estimulados a vigiar para que sejam salvaguardadas e fortalecidas as conquistas democráticas internas.

REFERÊNCIAS

- DIEZ, Georg (2011). "Habermas, the Last European-A Philosopher's Mission to Save the EU". **Der Spiegel**. Traduzido do alemão por Paul Cohen, Traduzido do inglês por Júlio Marques Mota. Disponível em: <<http://aviagemdosargonautas.blogs.sapo.pt/818506.html>>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- FERRY, Jean-Marc (2011). "Note sur le texte de Jürgen Habermas: Europa in Schreckstarre". **Le Monde**. Seleção e Tradução de Júlio Marques Mota. Disponível em <<http://aviagemdosargonautas.blogs.sapo.pt/tag/jean-marc+ferry>>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- GOMES, Eduardo Biacchi. **Blocos Econômicos: solução de controvérsias. Uma Análise Comparativa a Partir da União Européia**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. **A Constelação Pós-Nacional: Ensaio Político**. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.



LAQUEUR, Walter (2012). "O futuro modesto da Europa". **Revista Veja**. Edição 2, 254/ano 45/ n. 5. São Paulo: Abril, p. 15-19.

LIMA NETO, Fernando Cardoso (2003). "A Constelação Pós-Nacional: Ensaio Político". **Caderno CRH**, Salvador, n. 38, p. 281-286.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.